



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680059 - SP (2021/0218702-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEIVID MESSIAS DA SILVA
ADVOGADO : DEIVID MESSIAS DA SILVA - SP332589
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL OLIVEIRA LIMA GARCIA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL OLIVEIRA LIMA GARCIA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500443-30.2019.8.26.0544).

O paciente foi condenado em primeiro grau de jurisdição à pena de 2 anos e 7 meses de detenção, em regime inicial aberto, pela prática dos delitos tipificados nos arts. 147 e 129, § 9º, c/c o art. 15, todos do Código Penal, sendo-lhe concedido o direito de recorrer em liberdade.

Interposto recurso de apelação pela defesa e pelo Ministério Público estadual, o Tribunal de origem negou provimento ao apelo defensivo e acolheu as razões ministerial para impor o regime semiaberto para início de resgate da reprimenda.

O impetrante sustenta que a fixação do regime mais gravoso do que *quantum* da pena contraria o disposto no art. 33, § 2º, alínea *c*, do Código Penal.

Defende que o condenado preencheria todos os requisitos necessários à obtenção do regime mais brando para desconto da sanção, notadamente diante das condições pessoais favoráveis e por ser pai de 2 crianças menores.

Requer, liminarmente, a fixação do regime aberto ou o sobrestamento do mandado de prisão. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar, fixando o regime mais brando para início de cumprimento da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente